

Segurança do Rio-2016 terá integração de forças do País

A segurança da Olimpíada de 2016, no Rio de Janeiro, contará com as forças integradas dos governos federal, estadual e municipal, reforçou nesta sexta-feira o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, ao responder sobre os problemas enfrentados nessa área pela organização dos Jogos de Londres.

Apesar de ter preferido não comentar as dificuldades criadas pela falha no contrato da empresa privada G4S, Nuzman sinalizou que o Brasil trabalhará a questão de forma diferente. "Cada país tem uma situação e, no Brasil, o ministério da Justiça criou uma secretaria para os grandes eventos", afirmou nesta sexta, após participar da abertura da Casa Brasil, em Londres.

Segundo ele, vai funcionar o mesmo esquema usado nos Jogos Pan-Americanos de 2007. "Em 2002, foi decidido o sistema de unidade (entre as três áreas da administração), o que ficou claro no Pan e é assim que vamos seguir."

Nuzman contou que ainda não foram abertas as candidaturas para escolher a empresa de segurança privada que completará o trabalho no Rio. A segurança privada deve ser usada nas instalações dos Jogos pertencentes ao comitê organizador, como a Vila Olímpica. Os locais públicos ficam sob a responsabilidade das forças oficiais. "Existe uma questão de fronteira entre uma área e outra, que precisa ser trabalhada", disse, explicando que o esquema ainda está em discussão.

A empresa privada G4S não conseguirá fornecer todos os 10,4 mil guardas previstos no contrato fechado com Londres 2012. O governo teve de convocar às pressas mais 3,5 mil soldados para cobrir o buraco, fato que levanta grande polêmica no país - outros 1,2 mil soldados estão de prontidão e podem ser chamados caso a falha se mostre ainda mais grave. A segurança é um dos pontos de maior atenção em razão do risco de ataque terrorista no país.

O presidente da G4S, Nick Buckles, disse recentemente em depoimento ao parlamento britânico que a empresa havia desistido de concorrer para o contrato da Rio 2016.

Nuzman evitou qualquer crítica à organização londrina. Ao contrário, repetiu os elogios e reiterou o trabalho de parceria entre os dois países. "Os acertos (de Londres) são extraordinários e deixam um legado que vai entrar para a história dos Jogos", afirmou. "Se pudermos fazer para a cidade vencedora da Olimpíada de 2020 metade do que Londres fez por nós, já vou ficar muito feliz."

Ele contou que a parceria também se aplica à cerimônia de encerramento. O Brasil tem direito a oito minutos de apresentação, mas os detalhes são mantidos sob sigilo. Conforme Nuzman, será algo integrado à cerimônia londrina.

Sobre a expectativa de desempenho dos atletas brasileiros, o presidente do COB reiterou que o objetivo é praticamente repetir, em Londres, as 15 medalhas obtidas em Pequim, elevando o número de participações em finais. Para 2016, a meta é ousada: ficar entre os dez primeiros colocados.

A Casa Brasil, apresentada nesta sexta-feira à imprensa, funcionará como um "embaixada informal" do País na capital londrina. Sábado, será aberta ao público a exposição de arte e design nacionais, que funcionará até o dia 8 de setembro, com obras que pretendem mostrar que o Brasil é o "país do presente", e não mais o "país do futuro".

Baseada na Sommerset House, tradicional edifício neoclássico à beira do Tâmsa, a Casa Brasil abrigará diversos eventos nas próximas semanas. O local será inaugurado oficialmente no dia 27 de julho, data da cerimônia de abertura da Olimpíada, com a expectativa da presença da presidente Dilma Rousseff.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforma revela um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Acórdão publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira dá 15 dias para a CBC se explicar.

Estas informações foram reveladas por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)